

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento da Lei e do Contrato Social, o Conselho de Administração vem ora apresentar o **Relatório de Gestão e as Contas** da “FUNDAÇÃO AMA AUTISMO”, Contribuinte n.º 510907415, com sede na Avenida S. João Bosco, n.º 365, em Areosa, Viana do Castelo. O presente relatório de gestão expressa a situação financeira e os resultados da atividade exercida no exercício económico findo em 31 de dezembro de 2021.

I - Introdução

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO (doravante, apenas “Fundação”) desenvolve atividades de apoio social para pessoas com deficiência, designadamente pessoas com diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo (PEA). Esta Instituição teve como instituidor a AMA - Associação dos Amigos do Autismo, dando seguimento ao trabalho desenvolvido por esta. A Fundação integrou o património, as responsabilidades e os trabalhadores daquela Associação.

A FUNDAÇÃO AMA AUTISMO foi reconhecida como IPSS de utilidade pública, nos termos do n.º 1 do art.º 79.º, do Estatuto das IPSS, por despacho de 27/12/2013, do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, tendo sido efetuado o registo oficioso, na Direção-geral da Segurança Social de Viana do Castelo em 06/02/2014.

II – 2021 - Enquadramento Económico

O ano de 2021 continuou a ser afetado pela pandemia do coronavírus (COVID-19), com várias vagas a acontecer durante o ano. A atividade económica mundial e da área do euro foram condicionadas pela reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia e pelas perturbações sentidas nas cadeias de fornecimento ao nível global, o que implicou escassez de matérias-primas e aumentos dos respetivos custos.

O produto interno bruto (PIB) real da área do euro desceu 0,2% no primeiro trimestre e cresceu 2,2% no segundo e terceiro trimestre. Esta recuperação deve-se aos progressos na vacinação e ao aumento da confiança dos mercados. Todos os setores com serviços mais dependentes do contato pessoal tiveram uma recuperação forte.

O agravamento da pandemia pode levar à desaceleração da atividade económica, com a retoma condicionada pela escassez de matérias-primas e dos transportes.

A pandemia Covid-19 continua a afetar a atividade económica em 2021 e Portugal não foi diferente do resto do mundo. As projeções apresentadas mostram que a economia portuguesa iria ter um crescimento de 2% no quarto trimestre de 2021. Nesta crise assumiu-se o choque como temporário, com uma resposta política imediata e coordenada a nível nacional e europeu, contendo o contágio da crise ao setor financeiro, pelo que a estabilidade financeira e o financiamento de todos os agentes económicos fossem preservados, preservando a capacidade produtiva e o emprego.

O consumo privado cresceu 5%, sendo que no quarto trimestre de 2021 atingiu valores de 2019, o que está associado à forte recuperação das despesas em serviços, sendo a consequência do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação. Este tipo de consumo é sustentado pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise.

A taxa da poupança reduz-se em 2021-2022, após ter atingido 12,8% em 2020, pois a poupança aumentou durante os períodos de confinamento, consequência da precaução e de uma poupança involuntária decorrente das limitações ao consumo.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%), sendo esta evolução explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas.

O investimento apresenta um crescimento elevado ao longo do tempo, devido ao recebimento de fundos europeus, das perspetivas de recuperação da procura e de condições favoráveis de financiamento.

As exportações crescem 9,6% em 2021 e esta recuperação é diferenciada entre bens e serviços, com as exportações de bens a excederem o nível pré-pandemia no final de 2021. As importações de bens crescem de acordo com a procura global ponderada pelos conteúdos importados, antecipando-se um crescimento mais forte da componente dos serviços, refletindo a evolução marcada do turismo.

Após uma queda histórica do PIB em 2020 (-8,4%), a economia portuguesa deverá registar uma recuperação forte em 2021 (4,8%) e em 2022 (5,8%). A atividade económica retoma valores anteriores à crise na primeira metade de 2022, mas com uma recuperação assimétrica em termos de sectores.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta da política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma de convergência com a Europa. A execução eficiente dos projetos associados ao PRR e a implementação de reformas associadas

constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e o impacto sobre o crescimento potencial.

A trajetória de redução do endividamento deve ser retomada, em particular do setor público, após a necessária interrupção com a crise pandémica.

Por a Fundação AMA Autismo ser uma organização do terceiro setor, cujo objeto social se insere, na área da deficiência, entende-se ser importante dar nota de alguns indicadores publicados pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos que integra a rede de laboratórios do Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas da Universidade de Lisboa, no Relatório denominado “Pessoas com deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2021”.

No contexto da Educação destacam-se os seguintes indicadores:

- O número de estudantes com deficiência a frequentar o ensino superior no ano letivo 2020/2021 aumentou 11,7% (n = 2582) face ao ano letivo de 2019/2020 (n = 2311): a grande maioria, 89,1% (n = 2301), frequentou o ensino público e mais de dois terços, 68,9%, concentraram-se na área Metropolitana de Lisboa;
- No acesso ao ensino superior, no ano de 2021, foram colocados 364 jovens com deficiência ao abrigo do contingente especial, representando um ligeiro decréscimo de 5,2% face ao ano letivo anterior;
- Em 2019/2020 houve um total de 632 estudantes com deficiência diplomados, representando um crescimento de 55,7% (+226) face ao ano anterior (n = 406) e de +108,6% face a 2016/2017 (n = 303);
- O abandono escolar no nível de ensino superior constata-se uma diminuição de abandono escolar de cerca de 13% (n = 300) face ao ano letivo de 2017/2018 (n = 1644);
- Em 2020/2021, 64,4% dos estabelecimentos de ensino superior portugueses (n = 67) dispunha de regulamentação específica para estudantes com deficiência.

No âmbito do Emprego são relevantes os seguintes indicadores:

- Em 2020, a disparidade entre na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência era de 19,2 pontos percentuais;
- No mesmo ano, o desemprego registado das pessoas com deficiência em Portugal cresceu +11,6% face a 2019: a maioria (89,2%) eram adultos com mais de 25 anos, estavam à procura de um novo emprego (83,1%), e encontravam-se desempregados há mais de 12 meses (62,3%);

- Contrariamente ao que se verificou na população em geral, em dezembro de 2021 o total de pessoas com deficiência inscritas como desempregadas continuava a aumentar (+1,2% face ao período homólogo);
- O desemprego de longa duração na população com deficiência registou um particular agravamento com a crise pandémica: em 2020 aumentou 21,7% (n=7866) face a 2019 (n=6464) e em 2021 aumentou 7,6% (n=8466) face a 2020;
- Entre 2016 e 2021 as mulheres com deficiência inscritas como desempregadas aumentaram de forma constante todos os anos com exceção de 2018, em que se registou uma descida de -1,5%;
- Todos estes dados sugerem que os efeitos da crise pandémica foram mais gravosos para a empregabilidade das pessoas com deficiência do que para a população em geral e, entre estas, tendencialmente para as mulheres com deficiência;
- Em 2020, em Portugal, apenas 2,62% (n018819) dos/as trabalhadores/as das administrações públicas tinham deficiência, traduzindo-se num crescimento homólogo de apenas +1,03% (+192), o mais baixo desde 2014 (-0,56%). Em 2020 cerca de dois terços eram mulheres (67,3%) e apenas um terço eram homens (32,7%).

Os indicadores relativos às Condições de Vida e Proteção Social revelam:

- Apesar da descida verificada desde 2016 em Portugal, em 2020, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social em agregados de pessoas com deficiência (16-64anos), era ainda 11,7 pp superior ao dos agregados da população em geral na mesma faixa etária (28,5% vs. 16,8%);
- Os agregados de mulheres com deficiência (26,8%) e os agregados com deficiência grave (31,5%) eram os grupos que enfrentavam o maior risco de pobreza ou exclusão social;
- Em 2020, o número de beneficiários/as do Subsídio de Educação Especial continuou a diminuir de forma acentuada: -9,6% (n=21760) face a 2019 (n=24065);
- Também na Bonificação do Abono de Família para crianças e jovens com deficiência, ao contrário de anos anteriores, em 2020 observa-se um decréscimo de 7,62% face a 2019;
- O Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa foi aquele que em 2020 registou variação homóloga menos expressiva;
- Na Prestação Social para a Inclusão registou-se um crescimento exponencial de beneficiários face ao ano de entrada em vigor (2017, n=21307) na ordem dos 438% (2020, n=114726);
- Em 2021, os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), que sucedem aos Centros de Atividades Ocupacionais apresentaram +31 vagas face a 2020 (n=16109);

2021, um decréscimo generalizado na taxa de ocupação, com maior expressão nas Residências de Treino de Autonomia tipo A, que reduziu o número de utentes para zero (2020, n=8), nas Unidades Sócio Ocupacionais (45,3%) e na Residência de Apoio Moderado (-44,4%). Esta variação deverá estar associada ao contexto pandémico e confinamento

III – Fundação

I – Atividade

A Fundação, nos termos dos estatutos e do seu objeto social, centra maioritariamente a sua atividade no apoio a crianças, jovens e adultos com PEA. Em grande parte, a atividade prestada aos seus clientes é suportada financeiramente por acordos prévios com a Segurança Social. Efetivamente a Fundação tem acordos celebrados com a Segurança Social que lhe permitem suportar parte das despesas de funcionamento mensais.

Os referidos acordos de cooperação caracterizam-se pela estabilidade. Esta estabilidade é importante para que a Fundação possa encarar o futuro de forma programada e organizada.

Outro ponto importante nos acordos celebrados com a segurança social é a regularidade temporal nos pagamentos. De facto, o Centro Distrital de Viana do Castelo tem sido escrupuloso no pagamento dos acordos não atrasando sequer um dia. Esta certeza de recebimento mensal é por demais importante quando se gere uma instituição com duas dezenas de colaboradores e mais de uma centena de utentes.

A Fundação desenvolve a sua atividade, concentrada em três níveis de resposta: O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), o Apoio em Regime de Ambulatório (ARA) que inclui o Apoio Técnico Precoce (ATP). Desenvolve, igualmente, atividades desportivas e de lazer adaptadas à sua população alvo, assim como atividades de ocupação de tempos livres nas interrupções letivas e férias escolares.

O CAO tem o número máximo de utentes previsto no Acordo de Cooperação (13), tendo inclusive uma lista de espera de 15 utentes. Funciona nas instalações adaptadas sitas no lugar de Giestal, Darque, no perímetro da Escola EB2,3 Carteadado Mena.

O quadro de pessoal afeto ao CAO cumpre o estabelecido no protocolo celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social em termos de afetação de recursos humanos a esta resposta social e possui regulamento interno nos termos definidos no acordo celebrado.

Manteve-se o trabalho de cooperação no âmbito dos Planos Individuais de Transição (PIT) com o Agrupamento de Escolas Monte da Oia, com o Agrupamento de Escolas Henrique Medina e com o Agrupamento de Escolas Vila Nova de Cerveira.

A partir de setembro de 2020, iniciou-se o apoio de transporte para utentes de CAO, tendo em atenção os princípios da equidade e necessidade de conciliação da vida familiar e profissional dos cuidadores. Atualmente, é feito o transporte duas vezes ao dia à maioria dos utentes da resposta social. Saliente-se que o regulamento interno da resposta, devidamente alinhado com as orientações da Segurança Social, dá a possibilidade de este ser um serviço coparticipado pelos pais destes utentes, para além do valor da comparticipação familiar.

Consolidou-se o apoio médico na resposta social de CAO tanto na resposta aos utentes, como na relação mantida com os familiares.

No que concerne, à resposta em regime de ambulatório (ARA), o trabalho é desenvolvido por uma equipa multidisciplinar especializada, constituída por técnicos com formação superior e especializações em PEA, que respondem aos pedidos de avaliação e intervenção clínica e social, com ligação estreita aos organismos da educação e da saúde. A equipa é constituída por Técnicos de Psicologia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Psicomotricidade e Serviço Social.

Nas valências de ARA (intervenção com crianças, jovens e adultos com PEA e seus familiares, a partir dos 7 anos) e Apoio Técnico Precoce (intervenção com crianças dos 0 aos 6 anos) os serviços podem ser prestados nos diferentes contextos nos quais a criança /jovem se insere (casa, escola, jardim-de-infância, AMA). No entanto, existe uma concentração das terapias relativas a esta resposta nas instalações sítas na Avenida S. João Bosco, nº 365, em Viana do Castelo.

No ano de 2021, na resposta de ARA registaram-se 54 solicitações, referentes a pedidos de avaliação e de intervenção terapêutica.

Como nota saliente-se que não foi possível, em 2021, alargar o acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social no que se refere ao apoio técnico precoce (apoio dos 0 aos 6 anos e 364 dias). Contudo, a Fundação, à semelhança de anos anteriores, apoia os portadores de PEA desta faixa etária, pois existem evidências na literatura científica que o apoio precoce é determinante no desenvolvimento e condicionante do futuro destas crianças.

Quanto ao quadro de pessoal afeto ao ARA, este cumpre o estabelecido no protocolo celebrado em 2009 em termos de percentagem de afetação de recursos humanos, por área de formação, e possui regulamento interno nos termos definidos no acordo de cooperação celebrado.

Quanto às atividades adaptadas e conforme descrito no relatório de atividades, a AMA disponibiliza: Equitação Terapêutica e Adaptada, Natação Estruturada, Musicoterapia, Grupo de pais, Colónia de Férias de Verão e Atividades de Ocupação de Tempos Livres. Em 2021, as atividades desenvolvidas nas interrupções letivas tiveram o apoio financeiro da Câmara Municipal de Viana do Castelo, à semelhança do que vem acontecendo em anos anteriores. Decorrente do contexto de pandemia e a obrigatoriedade de distanciamento social, algumas atividades foram afetadas no seu desenvolvimento pleno, tentou-se, porém, outras alternativas de apoio, não tendo sido descuradas as necessidades de utentes e famílias.

Ainda decorrente desta situação pandémica, deu-se início ao serviço de apoio ao estudo da responsabilidade de um recurso humano da área da educação especial, de modo, a colmatar as dificuldades sentidas com o ensino à distância, bem como na recuperação das aprendizagens.

Anualmente, a Fundação elabora um plano de atividades e monitoriza o grau de execução dos objetivos e metas delineadas.

Os objetivos que integram o plano de atividades para 2021, foram fundamentalmente melhorar a qualidade das respostas e serviços já existentes na Fundação, implementar novos projetos, reforçar a aliança entre a Fundação e os vários organismos do Estado, privados e outros parceiros sociais. O desenvolvimento e grau de cumprimento dos objetivos constam do relatório de atividades.

Não obstante, todas as restrições e adaptação que a Pandemia e sucessivos planos de confinamento e desconfinamento acarretaram à Fundação AMA Autismo, como um todo, o apoio aos utentes e famílias foi sempre priorizado, tendo-se mesmo, verificado um desenvolvimento de novas respostas e serviços em ambas as respostas sociais.

Procedeu-se à elaboração de candidaturas no âmbito: do Prémio BPI Fundação “la Caixa” Capacitar para a compra de uma carrinha para a medida implementada “Apoio à mobilidade” e do Prémio Fidelidade Comunidade no projeto a implementar “AMA Family”.

A Fundação de modo a cumprir as normas e procedimentos emanados pela Direção Geral de Saúde, recorreu ao plano de apoio disponibilizado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no sentido de promover a adaptação da atividade ao contexto da doença de COVID-19.

A Fundação tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os colaboradores e procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia.

A Fundação permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjunção de esforços com a rede de parceiros se está preparado para enfrentar este desafio.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Fundação em cumprir o princípio da continuidade. Apesar dos constrangimentos que o COVID-19 tem imposto, o Conselho de Administração mantém a firme convicção que a sua atividade continuará de ser executada de forma normal em função dos interesses dos seus utentes.

De 31 de dezembro de 2021, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

2 – Apoio à Instituição

No desenvolvimento das atividades adaptadas a Fundação conta com o apoio de associações locais e com o apoio de alguns municípios. A Fundação integra igualmente a Comissão Local de Apoio Social:

- Comissão Interfreguesia de Areosa;
- Rede Social de Caminha;
- Rede Social de Paredes de Coura;
- Rede Social de Esposende;
- Rede Social de Barcelos;
- Rede Social de Monção;
- Rede Social de Arcos de Valdevez;
- Rede Social de Ponte da Barca;
- Rede Social de Ponte de Lima;
- Rede Social de Valença;
- Rede Social de Vila Nova de Cerveira.

A Fundação manteve os protocolos instituídos com a CIM Alto-Minho, as Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Barcelos e Esposende e Município de Ponte de Lima, onde são dinamizadas terapias descentralizadas, de modo a facilitar o acesso a utentes e famílias com residência neste Município ou em concelhos contíguos.

Para o desenvolvimento das atividades e potenciar o contacto com novas realidades e experiências, mantém, igualmente, acordos com:

- Viana Remadores do Lima – aulas de remo adaptado;
- Viana equestre – aulas de equitação terapêutica e adaptada;
- Centro Social e Paroquial de Vila Nova de Anha – cedência das instalações para a natação estruturada e hidroterapia;
- Amorosa Health Club e Lar de Santa Teresa – frequência do ginásio;
- Centro Social de Cultura e Recreio da Silva – cedência das instalações para promover as terapias;
- Junta de Freguesia de Fão - cedência das instalações para promover as terapias;
- Município de Ponte de Lima - cedência das instalações para promover as terapias;
- Novamente, Psicologia e Desenvolvimento Educacional, Lda;
- Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- Adega Cooperativa de Ponte da Barca;
- ETAP – Escola Profissional;
- Junta de Freguesia de Darque;
- Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha;
- Escola Desportiva de Viana do Castelo.

3 – Análise das Demonstrações financeiras

O orçamento prospetado para o exercício de 2021 vem apresentado no plano de investimentos do triénio 2021-2023.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Orçamento Operacional		
Recebimentos	2020	2021
Prestação de serviços aos utentes - ARA - CAO - IP	43 499,73	46 052,93
Residência para idosos e familiares		
Protocolos ATL	19 422,06	32 248,86
Atividades Extra	1 826,00	4 332,64
Acordo de Cooperação com Segurança Social (SS)	314 213,70	318 356,51
Alargamento do Acordo de Cooperação com SS para a IP		35 636,76
Apoios Musicais da Região	49 400,00	56 900,00
Subsídios de candidatura a apoios europeus (PT2020)	71 139,81	206 681,80
Investimentos sociais - no âmbito de projetos de empregabilidade		30 000,00
Outros subsídios (EFP, COVID, outros)	13 424,77	13 424,77
Donativos	3 745,00	10 549,45
Apoios de receitas institucionais privadas		6 000,00
Recebimentos totais	516 671,07	758 183,71
Pagamentos	2020	2021
COMMO	513,82	539,51
Trabalhos especializados	55 605,29	48 537,87
Conservação, reparação e ferramentas	9 914,78	10 410,52
Materiais e Serviços culturais e recreativos	1 035,40	14 891,70
Electricidade, Combustíveis, Água, Comunicações, Deslocações	11 804,65	14 894,88
Seguros	2 886,36	3 030,68
Limpeza, higiene e controlo	6 727,93	7 064,33
Gastos com pessoal - Remunerações	278 561,07	293 076,25
Gastos com pessoal - Encargos sobre remunerações	57 995,41	61 046,21
Gastos com pessoal - Seguros, formação e outros	1 993,16	5 239,56
Despesas diversas	6 378,91	12 154,61
Pagamentos totais	433 416,80	470 886,12
Fluxo Financeiro Operacional	83 254,27	287 297,60

Handwritten signature and initials

No que respeita aos resultados apresentados no exercício de 2021, discriminados por valência, sumariam-se nos quadros seguintes:

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS						
	2021					2020	
	CAO	ARA	IP	Campus	Total		
Vendas e serviços prestados	+	19 354,56	30 101,80	13 613,20		63 069,56	57 808,36
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	(465,23)	(81,58)	(8,83)	(31,79)	(607,43)	(513,82)
Resultado bruto	=	18 869,33	30 020,22	13 604,37	(31,79)	62 462,13	57 294,54
Outros rendimentos	+	104 740,19	300 316,52	16 493,49	72 017,25	493 567,45	458 839,81
Gastos de distribuição	-						
Gastos administrativos	-	(140 301,32)	(209 231,58)	(33 359,46)	(82 987,20)	(465 289,56)	(431 686,83)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-						
Outros gastos	-	(6 542,20)	(9 708,24)	(1 217,25)	(75,99)	(17 543,68)	(39 219,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(23 234,00)	111 396,92	(4 478,85)	(10 487,73)	73 196,34	45 228,35
Gastos de financiamento (líquidos)	-	(1 275,10)	(8 344,73)	(2 944,41)	(5,09)	(12 569,33)	(10 421,14)
Resultados antes de impostos	=	(24 509,10)	103 052,19	(7 423,26)	(10 492,82)	60 627,01	34 807,21
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	(2,27)	(15,75)	(2,48)	(10,75)	(31,25)	(45,77)
Resultado líquido do período	=	(24 511,37)	103 036,44	(7 425,74)	(10 503,57)	60 595,76	34 761,44

Os principais dados e indicadores da atividade da Fundação em 2021 e 2020 podem ser resumidos como se segue:

(valores em euros)	31.12.2021	31.12.2020
Balanço		
Ativo líquido	781 635,29	796.403,50
Capitais próprios	412.385,49	347.106,66
Passivo	369 249,80	499.296,84
Demonstração dos resultados		
Resultado líquido	60 595,76	34.761,44
RÁCIOS ECONÓMICOS		
	2021	2020
EBITDA	84.842,58	58.203,59
EBIT	73.196,34	45.228,35
Rendibilidade das Vendas e Serviços Prestados	96,1%	60,1%
Rendibilidade do Ativo	7,7%	4,4%
RÁCIOS DE FUNCIONAMENTO		
	2021	2020
Rotação do ativo	0.081	0.073
Prazo médio de inventários	0	0
Prazo médio de recebimento	71	52

4 – Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Fundação AMA conseguiu diminuir a sua dívida e tem capitais próprios positivos, existindo vários fatores que nos levam a acreditar na evolução positiva destes valores e na continuidade da instituição:

- 1- Elevado conhecimento adquirido sendo reconhecida no panorama nacional em sede de abordagem da PEA;
- 2- Importância estratégica para o Estado, única Instituição que apoia de forma especializada o autismo no Distrito de Viana do Castelo;
- 3- Equipa de gestão capaz, bem preparada e conhecedora do funcionamento do terceiro setor;
- 4- Acordos de cooperação mensais com a Segurança Social sem data de termo;
- 5- Reconhecimento do trabalho pelas Instituições distritais, autarquias, associações, entre outras;
- 6- Forte implantação no tecido social de Viana;
- 7- Aprovação de projetos baseados em fundos comunitários e continuidade na submissão de candidaturas.

Apesar de se terem verificado significativas melhorias na situação financeira da instituição, importa manter um conjunto diversificado de ações que permitam reforçar a sua sustentabilidade.

- Desenvolvimento da ação da liga de amigos da Fundação que possibilitará a angariação de fundos adicionais para a Instituição.
- Manutenção e aumento dos contatos com as autarquias do distrito por forma a alcançar apoios financeiros adicionais para a Fundação.
- negociação com a Segurança Social a revisão e o alargamento dos acordos de cooperação, logo que possível.
- Serão promovidas campanhas de angariação de Fundos.
- Serão efetuadas candidaturas a programas de fundos comunitários.
- Serão criadas redes de voluntariado que auxiliem a Fundação em diferentes áreas.
- A Fundação será a beneficiária de donativos por parte dos contribuintes em sede de IRS.
- Abertura da Loja Social com a colaboração da Câmara Municipal de Viana do Castelo.
- Reforço dos protocolos de cooperação.
- Manutenção dos protocolos com a CIM (Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima) e com os Municípios que integram o território do Distrito de Viana do Castelo.

5 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Handwritten signature and initials in the top right corner.

À data da elaboração deste relatório, Portugal e o mundo continuam a enfrentar, com dificuldade e preocupação, a Pandemia provocada pela disseminação generalizada do vírus Covid-19, tendo sido decretado em Março de 2019, não se conhecendo, nem sendo possível antecipar, a extensão dos seus efeitos e das possíveis limitações que enfrentaremos no futuro, acreditando e apresentando o presente relatório assente no princípio da continuidade.

A 24 de fevereiro a Rússia iniciou a invasão da Ucrânia. Como resposta várias jurisdições impuseram sanções económicas à Rússia que têm vindo a ser seguidas por um número crescente de empresas públicas e privadas que anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com esses países.

Na medida em que ocorreram após 31 de dezembro de 2021, estes eventos não impactaram as demonstrações financeiras preparadas para o ano findo nessa data. No entanto, os efeitos em 2022 poderão ser significativos, sobretudo nos preços da energia. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação.

De 31 de dezembro de 2021, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

6 – Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

Atualmente a Fundação tem uma certidão de não dívida à Segurança Social e à Administração Tributária.

IV - Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

O Conselho de Administração propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que incluem um total de Ativos de 781 635,29 Euros, Fundos Próprios de 412 385,49 Euros e Passivo de 369 249,80 Euros, sejam aprovadas.

A administração propõe, ainda, que o Resultado Líquido positivo de Euros seja aplicado da seguinte forma: Resultados transitados: 60 595,76 Euros.



V - Agradecimentos

O Conselho de Administração da Fundação agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionam.

Pretende-se deixar aqui um agradecimento pelo trabalho desenvolvido pela equipa de técnicos, monitores e pessoal auxiliar da Fundação e que com o seu relevante desempenho e acompanhamento do estado da arte relativamente à atualidade técnico-científica relacionada com a PEA, prestam apoio de qualidade e proximidade às famílias e cuidadores das pessoas com PEA, dando-lhe uma resposta com elevado profissionalismo, que muito nos apraz registar.

Viana do Castelo, 30 de maio de 2022.

Maria Adélia Lima Pereira de Sousa

Dora Maria Ramos de Abreu Brandão Machado Cruz

João Pedro da Silva Saraiva